

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

PROCESSO 21.0.000009055-4
INTERESSADO ESMAT
ASSUNTO

Despacho Nº 27029 / 2021 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG**Senhor Presidente,**

Trata-se de Projeto Básico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense que tem como objetivo a contratação da empresa **Working Associação de Integração Profissional** para ministrar o curso **Capacitação do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF)**, para Servidores efetivos ou comissionados, estagiários e servidores de outros órgãos à disposição do Poder Judiciário Tocantinense que atuam na gestão das equipes técnicas credenciadas no Grupo de Gerenciamento de Equipes Multidisciplinares (GGEM), credenciados das áreas de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, vinculados ao Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares (GGEM), a ser realizado na modalidade EAD no período de 5 de maio a 1º de julho de 2021.

Tendo em vista os fundamentos expendidos pela ASJUADMDG (evento 3674927) e, comprovada a disponibilidade orçamentária (evento 3674223), no exercício das atribuições outorgadas pelo inciso IX do artigo 1º do Decreto Judiciário nº. 99/2013, publicado no Diário de Justiça nº. 3045, de 7 de fevereiro de 2013, e com arrimo na documentação carreada aos autos, **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 25, inciso II, c/c o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93, visando à contratação da empresa **Working Associação de Integração Profissional** para realização do curso em referência, pelo valor total de **R\$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais)**, conforme proposta sob o evento 3668439.

Encaminho os autos a Vossa Excelência, com a sugestão de ratificação e publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 26, *caput*, da Lei 8.666/93.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 03/05/2021, às 18:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3674932** e o código CRC **3C0C8599**.